

Em comparação ao passado, a diferença atual está na atuação do Ministério Público para a Proteção das Feministas

1 - Onde e como recorrer nas Violações dos Direitos de Cidadania

Sobre a PFDC - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

“A Constituição Brasileira de 1988, denominada de Constituição Cidadã, instituiu o Ministério Público Federal - MPF como instituição independente, extra poder, dotada de independência funcional, administrativa e financeira, a teor do art. 129, II, com a função de “Zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.”

A Lei Complementar nº 75/2003, que estabelece o estatuto do MPF, no Capítulo I -, art. 39 diz que cabe ao MPF exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito: I - pelos Poderes Públicos Federais; II - pelos órgãos da administração pública federal direta ou indireta; III - pelos concessionários e permissionários de serviço público federal; IV - por entidades que exerçam outra função delegada da União.

Para exercer essas funções, o Procurador-Geral da República designa um (a) Subprocurador (a)-Geral da República, mediante prévia aprovação do nome pelo Conselho Superior, por meio de eleição. O cargo é exercido pelo prazo de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova decisão do Conselho Superior.

A PFDC tem feito a promoção dos direitos humanos pela divulgação de cartilhas de direitos constitucionais, tratados internacionais, sistema interamericano e internacional de direitos, eventos e cursos contando com a colaboração da Escola Superior do Ministério Público da União. A PFDC não postula judicialmente, contudo, havendo necessidade pode representar aos membros ajuizamento de ações.

Dentre as funções da PFDC está a de dialogar e interagir com órgãos de Estado, organismos nacionais e internacionais e representantes da sociedade civil, persuadindo os poderes públicos para a proteção e defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos - tais como dignidade, liberdade, igualdade, saúde, educação, assistência social, acessibilidade, acesso à justiça, direito à informação e livre expressão, reforma agrária, moradia adequada, não discriminação, alimentação adequada, dentre outros. A PFDC presta informação anual das atividades desenvolvidas para o Conselho Superior e para a sociedade, publicizando-as na sua página na internet.

A PFDC também tem a função de integrar, coordenar e revisar a atuação dos (as) Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão de cada estado da federação,

subsidiando-os (as) na sua atuação e promovendo ação unificada dos procuradores dos direitos do cidadão em todo o território nacional.”

(Fonte: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/sobre-a-pfdc>, acesso em 12/03/10)

2 - Sobre a Proteção aos Defensores de Direitos Humanos

Resolução 74: Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos

A PFDC deverá:

- a) acompanhar o Projeto de Lei da Proteção de Defensores de Direitos Humanos;
- b) ter garantia de assento na Criação da Comissão Interministerial por Decreto;
- c) promover a articulação com a 2ª CCR do MPF;
- d) promover a articulação com o controle externo da PF;
- e) promover a capacitação de PDCs na temática de Direitos Humanos e Movimentos Sociais.

Resolução 75: Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos

Os PDCs deverão:

- a) solicitar a ampliação da rede de proteção de defensores de DH;
- b) acompanhar e monitorar as medidas protetivas do defensor do DH;
- c) propor maior celeridade nos processos envolvendo defensores de DH;
- d) ter assento nos Conselhos Estaduais dos Programas de Proteção aos Defensores de DH.

(Fonte: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/eventos/encontro-nacional/xiv_encontro_nacional/Resolucoes_XIV_Encontro.pdf)

Resolução 10: Fiscalização de Políticas Públicas

Para o pleno cumprimento de sua missão de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal (Art. 129,ii), o PRDC e o PDC devem atuar firmemente no sentido de fiscalizar a formulação, a execução e a efetividade das políticas públicas necessárias à plena garantia desses direitos, de acordo com as metas estabelecidas.

Resolução 11 - Câmaras Regionais do Cidadão

Fica ratificada a Resolução nº 11 do XIII Encontro Nacional/2007, devendo a PFDC gestionar junto ao PGR a sua implementação

(Fonte: [http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/eventos/encontro-nacional/xv-encontro/docs_xv_evento_nacional/Compilacao_Resolucoes_\(29set\).pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/eventos/encontro-nacional/xv-encontro/docs_xv_evento_nacional/Compilacao_Resolucoes_(29set).pdf))

3 - A Verdadeira Origem da Data Comemorativa

8 de Março - Dia Internacional da Mulher

Este artigo foi publicado na Revista de Estudos Feministas, vol 9 N.2/2001:601-608.

8 de Março: conquistas e controvérsias

(*) Eva Alterman Blay

Resumo: O Dia Internacional da Mulher foi proposto por Clara Zetkin em **1910** no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas. Nos anos posteriores a 1970 este Dia passou a ser associado **erroneamente** a um incêndio que ocorreu em Nova Iorque em **1911**. Neste artigo procuro recuperar a história do Dia 8 de Março e as distorções que tem sido feitas sobre ele e sobre a luta feminista.

Palavras chave: história do feminismo, operárias judias; operárias italianas; política, movimentos sociais.

“O dia 8 de março é dedicado à comemoração do Dia Internacional da Mulher. Atualmente tornou-se uma data um tanto festiva, com flores e bombons para uns. Para outros é relembrada sua origem marcada por fortes movimentos de reivindicação política, trabalhista, greves, passeatas e muita perseguição policial. É uma data que simboliza a busca de igualdade social entre homens e mulheres, em que as diferenças biológicas sejam respeitadas mas não sirvam de pretexto para subordinar e inferiorizar a mulher.

As mulheres faziam parte das “classes perigosas”

No século XIX e no início do XX, nos países que se industrializavam, o trabalho fabril era realizado por homens, mulheres e crianças, em jornadas de 12, 14 horas, em semanas de seis dias inteiros e frequentemente incluindo as manhãs de domingo. Os salários eram de fome, havia terríveis condições nos locais da produção e os proprietários tratavam as reivindicações dos trabalhadores como uma afronta, operárias e operários considerados como as “classes perigosas”.¹ Sucediam-se as manifestações de trabalhadores, por melhores salários, pela redução das jornadas e pela proibição do trabalho infantil. A cada conquista, o movimento operário iniciava outra fase de reivindicações, mas em nenhum momento, até por volta de 1960, a luta sindical teve o objetivo de que homens e mulheres recebessem salários iguais, pelas mesmas tarefas.² As trabalhadoras participavam das lutas gerais mas, quando se tratava da igualdade salarial, não eram consideradas. Alegava-se que as demandas das mulheres afetariam a “luta geral”, prejudicariam o salário dos homens e, afinal, as mulheres apenas “completavam” o salário masculino.

Subjacente aos grandes movimentos sindicais e políticos emergiam outros, construtores de uma nova consciência do papel da mulher como trabalhadora e cidadã. Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Clara Lemlich, Emma Goldman,³ Simone Weil⁴ e outras militantes dedicaram suas vidas ao que posteriormente se tornou o movimento feminista.

Clara Zetkin propôs o Dia Internacional da Mulher

Clara Zetkin (1857-1933), alemã, membro do Partido Comunista Alemão, deputada em 1920, militava junto ao movimento operário e se dedicava à conscientização feminina. Fundou e dirigiu a revista *Igualdade*, que durou 16 anos (1891-1907).

¹ CHEVALIER, 1984.

² Chombart de Lauwe., M.J; m Chombart de Lauwe, Paul Henri et alii, 1963.

³ LOBO, 1983.

⁴ BOSI, 1982.

Líderes do movimento comunista como Clara Zetkin e Alexandra Kollontai ou anarquistas como Emma Goldman lutavam pelos direitos das mulheres trabalhadoras, mas o direito ao voto as dividia: Emma Goldman⁵ afirmava que o direito ao voto não alteraria a condição feminina se a mulher não modificasse sua própria consciência.

Ao participar do II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhagem, em 1910, Clara Zetkin propôs a criação de um Dia Internacional da Mulher sem definir uma data precisa.⁶ Contudo, vê-se erroneamente afirmado no Brasil e em alguns países da América Latina que Clara teria proposto o 8 de Março para lembrar operárias mortas num incêndio em Nova Iorque em 1857. Os dados a seguir demonstram que os fatos se passaram de maneira diferente.

O movimento operário nos Estados Unidos

Assim como na Europa, era intenso o movimento trabalhador nos Estados Unidos desde a segunda metade do século XIX, sobretudo nos setores da produção mineira e ferroviária e no de tecelagem e vestuário.

A emergente economia industrial norte-americana, muito instável, era marcada por crises. Nesse contexto, em 1903 formou-se, pela ação de sufragistas e de profissionais liberais, a Women's Trade Union League⁷ para organizar trabalhadoras assalariadas. Com as crises industriais de 1907 e 1909 reduziu-se o salário dos trabalhadores, e a oferta de mão-de-obra era imensa, dada a numerosa imigração proveniente da Europa. Grande parte dos operários e operárias era de imigrantes judeus, muitos com um passado de militância política.

No último domingo de fevereiro de 1908, mulheres socialistas dos Estados Unidos fizeram uma manifestação a que chamaram Dia da Mulher, reivindicando o direito ao voto e melhores condições de trabalho. No ano seguinte, em Manhattan, o Dia da Mulher reuniu 2 mil pessoas.⁸

Problemas muito conhecidos do operariado latino-americano impeliam trabalhadores e trabalhadoras a aderir às manifestações públicas por salários e pela redução do horário de trabalho. Embora o setor industrial tivesse algumas grandes empresas, predominavam as pequenas, o que dificultava a agregação e unicidade das reivindicações. O movimento por uma organização sindical era intenso e liderado no setor de confecções e vestuário por trabalhadores judeus com experiência política sindical, especialmente da União Geral dos Trabalhadores Judeus da Rússia e da Polônia (Der Algemeyner Yiddisher Arbeterbund in Russland un Poyln – BUND)⁹.

Para desmobilizar o apelo das organizações e controlar a permanência dos trabalhadores/as, muitas fábricas trancavam as portas dos estabelecimentos durante o expediente, cobriam os relógios e controlavam a ida aos banheiros. Mas as difíceis

⁵ LOBO, 1983.

⁶ Em alguns países o Dia foi comemorado em 28 de fevereiro ou em 15 de março.

⁷ Sobre a Women's Trade Union League, ver também SHEPHERD, 1993, p. 247-258.

⁸ Isis Creation for the Australian Women's Inta network. A History of International Women's Day Origins. <http://www.isis.aust.com/iwd>.

⁹ MINCZELES, 1995.

condições de vida e os baixíssimos salários eram forte incentivo para a presença de operários e operárias nas manifestações em locais fechados ou na rua.

Uma das fábricas, a Triangle Shirtwaist Company (Companhia de Blusas Triângulo), para se contrapor à organização da categoria, criou um sindicato interno para seus trabalhadores/as. Em outra fábrica, algumas trabalhadoras que reclamavam contra as condições de trabalho e salário foram despedidas e pediram apoio ao United Hebrew Trade, Associação de Trabalhadores Hebreus. Então as trabalhadoras da Triangle quiseram retirar alguns recursos do sindicato interno para ajudar as companheiras, mas não o conseguiram. Fizeram piquetes na porta da Triangle, que contratou prostitutas para se misturarem às manifestantes, pensando assim dissuadi-las de seus propósitos. Ao contrário, o movimento se fortaleceu.

Uma greve geral começou a ser considerada pelo presidente da Associação dos Trabalhadores Hebreus, Bernardo Weinstein, sempre com o objetivo de melhorar as condições de trabalho da indústria de roupas. A idéia se espalhou e, em 22 de novembro de 1909, organizou-se uma grande reunião na Associação dos Tãoeiros liderada por Benjamin Feigenbaum e pelo *Forward*.¹⁰ A situação era extremamente tensa e, durante a reunião, subitamente uma adolescente, baixa, magra, se levantou e pediu a palavra: “Estou cansada de ouvir oradores falarem em termos gerais. Estamos aqui para decidir se entramos em greve ou não. Proponho que seja declarada uma greve geral agora!”. A platéia apoiou de pé a moção da jovem Clara Lemlich.¹¹

Política e etnia

No movimento dos trabalhadores as relações étnicas tinham peso fundamental, razão pela qual, para garantir um compromisso com a greve, Feigenbaum usou um argumento de extraordinária importância religiosa para os judeus. Ele perguntou à assembléia: “Vocês se comprometerão com o velho mandamento judaico?” Uma centena de mãos se ergueram e todos gritaram: “Se eu esquecer de vós, ó Jerusalém, que eu perca minha mão direita”.¹² Era um juramento de que *não* furariam a greve.

Cerca de 15 mil trabalhadores do vestuário, a maioria moças, entraram em greve, provocando o fechamento de mais de 500 fábricas. Jovens operárias italianas aderiram, houve prisões, tentativas de contratar novas trabalhadoras, o que tornou o clima muito tenso. A direção da greve ficou com a Associação dos Trabalhadores Hebreus e com o Sindicato Internacional de Trabalhadores na Confecção de Roupas de Senhoras (International Ladies’ Garment Workers’ Union – ILGWU).¹³

À medida que as grandes empresas cederam algumas reivindicações, a greve foi se esvaziando e se encerrou em 15 de fevereiro de 1910 depois de 13 semanas.

O incêndio

¹⁰ Jornal de esquerda escrito parcialmente em ídiche. *Forward* tem sido traduzido por *Avante*.

¹¹ SANDERS, 1987, p. 400.

¹² SANDERS, 1987, p. 396-400.

¹³ Esta greve foi encerrada em 15 de fevereiro de 1910, pois os trabalhadores das grandes empresas conquistaram melhorias.

Pouco tinha sido alterado, sobretudo nas fábricas de pequeno e médio porte, e os movimentos reivindicatórios retornaram. A reação dos proprietários repetia-se: portas fechadas durante o expediente, relógios cobertos, controle total, baixíssimos salários, longas jornadas de trabalho.

O dia 25 de março de 1911 era um sábado, e às 5 horas da tarde, quando todos trabalhavam, irrompeu um grande incêndio na Triangle Shirtwaist Company,¹⁴ que se localizava na esquina da Rua Greene com a Washington Place. A Triangle ocupava os três últimos de um prédio de dez andares. O chão e as divisórias eram de madeira, havia grande quantidade de tecidos e retalhos, e a instalação elétrica era precária. Na hora do incêndio, algumas portas da fábrica estavam fechadas. Tudo contribuía para que o fogo se propagasse rapidamente.

A Triangle empregava 600 trabalhadores e trabalhadoras, a maioria mulheres imigrantes judias e italianas, jovens de 13 a 23 anos. Fugindo do fogo, parte das trabalhadoras conseguiu alcançar as escadas e desceu para a rua ou subiu para o telhado. Outras desceram pelo elevador. Mas a fumaça e o fogo se expandiram e trabalhadores/as pularam pelas janelas, para a morte. Outras morreram nas próprias máquinas. O *Forward* publicou terríveis depoimentos de testemunhas e muitas fotos.¹⁵

Morreram 146 pessoas, 125 mulheres e 21 homens, na maioria judeus.

A comoção foi imensa. No dia 5 de abril houve um grande funeral coletivo que se transformou numa demonstração trabalhadora. Apesar da chuva, cerca de 100 mil pessoas acompanharam o enterro pelas ruas do Lower East Side. No Cooper Union falou Morris Hillquit e no Metropolitan Opera House, o rabino reformista Stephen Wise.

A tragédia teve conseqüências para as condições de segurança no trabalho e sobretudo serviu para fortalecer o ILGWU.

Para autores como Sanders,¹⁶ todo o processo, desde a greve de 1909, mais o drama do incêndio da Triangle, acabou fortalecendo o reconhecimento dos sindicatos. O ILGWU, de conotação socialista e um dos braços mais ‘radicais’ do American Federation of Labour (AFL), se tornou o maior e mais forte dos Estados Unidos naquele momento.

Atualmente no local onde se deu o incêndio foi construída a Universidade de Nova Iorque. Uma placa, lembrando o terrível episódio, foi lá colocada:

“Neste lugar, em 25 de março de 1911, 146 trabalhadores perderam suas vidas no incêndio da Companhia de Blusas Triangle. Deste martírio resultaram novos conceitos de responsabilidade social e legislação do trabalho que ajudaram a tornar as

¹⁴ SANDERS, 1987, p. 394.

¹⁵ HOWE e LIBO, 1979, p. 186.

¹⁶ SANDERS, 1987.

condições de trabalho às melhores do mundo (ILGWU)”.¹⁷

Mulheres e movimentos sociais

No século XX, as mulheres trabalhadoras continuaram a se manifestar em várias partes do mundo: Nova Iorque, Berlim, Viena (1911); São Petersburgo (1913). Causas e datas variavam. Em 1915, Alexandra Kollontai organizou uma reunião em Cristiana, perto de Oslo, contra a guerra. Nesse mesmo ano, Clara Zetkin faz uma conferência sobre a mulher. Em 8 de março 1917 (23 de fevereiro no Calendário Juliano), trabalhadoras russas do setor de tecelagem entraram em greve e pediram apoio aos metalúrgicos. Para Trotski esta teria sido uma greve espontânea, não organizada,¹⁸ e teria sido o primeiro momento da Revolução de Outubro.

Na década de 60, o 8 de Março foi sendo constantemente escolhido como o dia comemorativo da mulher e se consagrou nas décadas seguintes. Certamente esta escolha não ocorreu em conseqüência do incêndio na Triangle, embora este fato tenha se somado à sucessão de enormes problemas das trabalhadoras em seus locais de trabalho, na vida sindical e nas perseguições decorrentes de justas reivindicações.

Lenin: o que importava era a política de massas e não o direito das mulheres.

Mulheres e homens jovens tinham muitas outras preocupações além das questões trabalhistas e do sistema político. Nem sempre a liderança comunista entendia essas necessidades, como foi o caso de Lenin e de muitos outros líderes. Em seu *Diário*, Clara Zetkin relata o que ouvira do camarada e amigo Lenin, ao visitá-lo no Kremlin, em 1920.¹⁹ Lenin lamentava o descaso pelo Dia Internacional da Mulher que ela propusera em Copenhagem, pois este teria sido um oportuno momento para se criar um movimento de ‘massa’, internacionalizar os propósitos da Revolução de 17, agitar mulheres e jovens. Para alcançar este objetivo, afirmava ele, era necessário discutir *exclusivamente* os problemas políticos e *não perder tempo* com aquelas discussões que os jovens trabalhadores traziam para os grupos políticos, como casamento e sexo.²⁰ Lenin estendia suas críticas ao trabalho de Rosa Luxemburgo com prostitutas: “Será que Rosa Luxemburgo não encontrava trabalhadores para discutir, era necessário buscar as prostitutas?”²¹

Esta visão de Lenin fez escola na esquerda. A experiência do ‘amor livre’ nos primeiros anos pós-Revolução trouxe enormes conflitos que levaram à restauração do sistema de família regulamentado pelo contrato civil. Temas relativos ao corpo, à sexualidade, à reprodução humana, relação afetiva entre homens e mulheres, aborto, só foram retomados 40 anos mais tarde pelo movimento feminista.

O 8 de Março no Brasil

¹⁷ SANDERS, 1987, p. 393.

¹⁸ Para outros, esta manifestação contra a fome, o czarismo e a guerra teria sido orientada pelo comitê bolchevista de Petrogrado.

¹⁹ Devo o acesso ao texto de Clara Zetkin à sempre companheira Judith Patarra.

²⁰ ZETKIN, 1934 p. 97.

²¹ ZETKIN, 1934 p.99.

No Brasil vê-se repetir a cada ano a associação entre o Dia Internacional da Mulher e o incêndio na Triangle quando na verdade Clara Zetkin o tenha proposto em 1910, *um ano antes do incêndio*. É muito provável que o sacrifício das trabalhadoras da Triangle tenha se incorporado ao imaginário coletivo da luta das mulheres. Mas o processo de instituição de um Dia Internacional da Mulher já vinha sendo elaborado pelas socialistas americanas e europeias há algum tempo e foi ratificado com a proposta de Clara Zetkin.

Nas primeiras décadas do século XX, o grande tema político foi a reivindicação do direito ao voto feminino. Berta Lutz, a grande líder sufragista brasileira, aglutinou um grupo de mulheres da burguesia para divulgar a demanda. Ousadas, espalharam de avião panfletos sobre o Rio de Janeiro, pedindo o voto feminino, no início dos anos 20! Pressionaram deputados federais e senadores e se dirigiram ao presidente Getúlio Vargas. Afinal, o direito ao voto feminino foi concedido em 1933 por ele e garantido na Constituição de 1934.²² Mas só veio a ser posto em prática com a queda da ditadura getulista, e as mulheres brasileiras votaram pela primeira vez em 1945.

Em 1901, as operárias, que juntamente com as crianças constituíam 72,74% da mão-de-obra do setor têxtil, denunciavam que ganhavam muito menos do que os homens e faziam a mesma tarefa, trabalhavam de 12 a 14 horas na fábrica e muitas ainda trabalhavam como costureiras, em casa. Como mostra Rago, a jornada era de umas 18 horas e as operárias eram consideradas incapazes física e intelectualmente. Por medo de serem despedidas, submetiam-se também à exploração sexual.

Os jornais operários, especialmente os anarquistas, reproduziam suas reclamações contra a falta de higiene nas fábricas, o assédio sexual, as péssimas condições de trabalho, a falta de pagamento de horas extras, um sem número de abusos. Para os militantes operários, a fábrica era um local onde as mulheres facilmente se prostituíam, daí reivindicarem a volta das mulheres para casa. Patrões, chefes e empregados partilhavam dos mesmos valores: olhavam as trabalhadoras como prostitutas.²³

Entre as militantes das classes mais altas, a desqualificação do operariado feminino não era muito diferente: partilhavam a imagem generalizada de que operárias eram mulheres ignorantes e incapazes de produzir alguma forma de manifestação cultural. A distância entre as duas camadas sociais impedia que as militantes burguesas conhecessem a produção cultural de anarquistas como Isabel Cerruti e Matilde Magrassi, ou o desempenho de Maria Valverde em teatros populares como o de Arthur Azevedo²⁴.

Como as anarquistas americanas e europeias, as brasileiras (imigrantes ou não) defendiam a luta de classes, mas também o divórcio e o amor livre, como escrevia *A Voz do Trabalhador* de 1º de fevereiro de 1915: “Num mundo em que mulheres e

²² ALVES, 1980.

²³ RAGO, 1987.

²⁴ Agradeço a Miriam Moreira Leite a contribuição para a inclusão destes dados e pela revisão do texto.

homens desfrutassem de condições de igualdade... Vivem juntos porque se querem, se estimam no mais puro, belo e desinteressado sentimento de amor”.²⁵

A distinção entre anarquistas e comunistas foi fatal para uma eventual aliança: enquanto as comunistas lutavam pela implantação da “ditadura do proletariado”, as anarquistas acreditavam que o sistema partidário reproduziria as relações de poder, social e sexualmente hierarquizadas.

No PC a diferenciação de gênero continuava marcante: as mulheres se encarregavam das tarefas ‘femininas’ na vida cotidiana do Partido. Extremamente ativas, desenvolveram ações externas de organização sem ocupar qualquer cargo importante na hierarquia partidária. Atuavam, por exemplo, junto a crianças das favelas ou dos cortiços, organizavam colônias de férias, supondo que poderiam ensinar às crianças novos valores.

Zuleika Alembert, a primeira mulher a fazer parte da alta hierarquia do PC, eleita deputada estadual por São Paulo em 1945, foi expulsa do Partido quando fez críticas feministas denunciando a sujeição da mulher em seu próprio partido.

O feminismo dos anos 60 e 70 veio abalar a hierarquia de gênero dentro da esquerda. A luta das mulheres contra a ditadura de 1964 uniu, provisoriamente, as feministas e as que se autodenominavam membros do ‘movimento de mulheres’. A uni-las, contra os militares, havia uma data: o 8 de Março. A comemoração ocorria através da luta pelo retorno da democracia, de denúncias sobre prisões arbitrárias, desaparecimentos políticos.

A consagração do direito de manifestação pública veio com o apoio internacional - a ONU instituiu, em 1975, o 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher.

Entrou-se numa nova etapa do feminismo. Mas velhos preconceitos permaneceram nas entrelinhas. Um deles talvez seja a confusa história propalada do 8 de Março, em que um anti-americanismo apagava a luta de tantas mulheres, obscurecendo até mesmo suas origens étnicas.”

Referências bibliográficas

Alves, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta pelo voto feminino no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

Bosi, Ecléa. *Simone Weil: a razão dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Chevalier, Charles. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe. siècle*. Paris: Hachette, 1984

Chombart de Lauwe, M.J; Chombart de Lauwe, Paul Henri et alii. *La femme dans la société: son image dans différents milieux sociaux*. Paris: CNRS, 1963.

Howe, Irving; Libo, Kenneth. *How We Lived. A Documentay History of Immigrant Jews in America. 1880-1930*. USA: Richard Marek Publishers, 1979.

²⁵ RAGO, 1987, p. 104.

- Isis Creation for the Australian Women's Inta **network**. Internet. A History of International Women's Day Origins. <http://www.isis.aust.com/iwd>.
- Lobo, Elisabeth Souza. *Emma Goldman: a vida como revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Marin, Alexandra Ayala. "Caja de Pandora". Clara Zetkin. Entrevista dada para UNIFEM. Ver. www4.ecua.net.ec/unifem/verscon3/entrevsta.htm (verificar)
- Minczeles, Henri. *Histoire générale du BUND, un mouvement révolutionnaire juif*. Paris: Austral, 1995.
- Sanders, Ronald. *The Downtown Jews. Portraits of an Immigrant Generation*. New York: Dover Publications, Inc., 1987.
- Shepherd, Naomi. *A Price Below Rubies. Jewish Women as Rebels and Radicals*. Harvard University Press. Cambridge. Massachusetts, 1993.
- Zetkin, Clara. My Recollections of Lenin (An Interview on Woman Question) Apêndice pp. 87-122 in V.I. Lenin. *The Emancipation of Women*. International Publishers. New York. 1972 (a primeira edição é de 1934). SBN 7178-0290-6
- Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Dados biográficos da Autora.

Eva Alterman Blay

Profa Titular de Sociologia da Universidade de São Paulo. Coordenadora Científica do NEMGE (Núcleo de estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero) da USP. Autora de "Trabalho Domesticado- a mulher na indústria paulista" (Ática, 1978;) *As Prefeitas, Avenir (s/d)*, e outros livros e artigos sobre gênero, habitação operária, participação política. Foi Senadora da República entre 1992/1994.

(Fonte: e-mail recebido com anexo em 04/03/10)

4 - O Movimento Feminista no Brasil

Dinâmicas de uma Intervenção Política[1]

Ana Alice Alcantara Costa

Resumo

Este trabalho busco dar conta dessas mudanças, das novas demandas, dos novos enfrentamentos, das contradições vivenciadas nos últimos trinta anos pelo feminismo brasileiro enquanto um movimento social. Parte-se do princípio de que o movimento feminista brasileiro, não acontece isolado, alheio ao contexto mundial e por isso se estabelece aqui, laços e relações com o feminismo latino-americano e com as novas dinâmicas hoje, presentes em contextos mais amplos, supranacionais. Refletir sobre as lutas, as novas dinâmicas e desafios do movimento feminista no Brasil é o objetivo central deste trabalho.

Palavras-chave: feminismo, movimento social, dinâmica

“É comum ouvir entre amigos (geralmente em uma mesa de bar), ou nos meios de comunicação brasileiros, que o movimento feminista acabou. Acredito que essa é também uma afirmação comum em muitos outros países, em especial da América Latina. Eu sempre respondo: o feminismo enquanto movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século, de milênio. Talvez tenha mudado de cara, já não “queima sutiã”, raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado.

O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 60, 70, até mesmo 80 e 90. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz.

Neste trabalho, busco dar conta dessas mudanças, das novas demandas, dos novos enfrentamentos, das contradições vivenciadas nos últimos trinta anos pelo feminismo brasileiro enquanto um movimento social. Parto do princípio de que o movimento feminista brasileiro, não acontece isolado, alheio ao contexto mundial e por isso estabeleço laços e relações com o feminismo latino-americano e com as novas dinâmicas hoje, presentes em contextos mais amplos, supranacionais. Refletir sobre as lutas, as novas dinâmicas e desafios do movimento feminista no Brasil é o objetivo central que aqui me proponho.

O feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 60, em torno da afirmação de que o “pessoal é político”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. Vai, portanto, romper com os limites do conceito de político, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Isto é, no campo da política que é entendida aqui como o uso limitado do poder social. Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo trás para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. O movimento resignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido. Distingue-se dos outros movimentos de mulheres por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas (Alvarez, 1990:23).

Esse momento do feminismo nasce na América Latina nos anos 70 em meio ao autoritarismo e a repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias. Surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, por conseguinte, intrinsecamente ligado aos movimentos de oposição que lhe deram uma especificidade determinante, sob o impacto do

movimento feminista internacional e como consequência do processo de modernização que implicou em uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional.

Álvares destaca nesse processo de transição o intenso labor que as feministas enfrentaram ao serem obrigadas constantemente a lidar com a discriminação, a repensar sua relação com os partidos políticos dominados pelos homens, com a igreja progressista, com um Estado patriarcal, capitalista e racista (Alvarez, 1994:232). Essa experiência teve como consequência as múltiplas tensões que caracterizaram as vezes tortuosas relações do feminismo brasileiro com a esquerda, com os setores progressistas da Igreja Católica em vários momentos da luta política. Essa tensão não foi uma especificidade do feminismo brasileiro, a consciência feminista latino-americana foi alimentada pelas múltiplas contradições experimentadas pelas mulheres atuantes nos movimentos guerrilheiros ou nas organizações políticas, por aquelas que foram obrigadas a exilar-se, que participaram do movimento estudantil, das organizações acadêmicas politizadas e dos partidos políticos progressistas.

Apesar das feministas latino-americanas romperem com as organizações de esquerdas em termos organizativos, mantiveram seus vínculos ideológicos e seu compromisso com uma mudança radical das relações sociais de produção, ao tempo que continuavam lutando contra o sexismo dentro da esquerda (Sternbach et al., 1994:74)

Esta prática as distinguia do feminismo europeu e norte-americano, dando-lhes como característica especial o interesse em promover um projeto mais amplo de reforma social dentro do qual se realizavam os direitos da mulher e formas organizativas que possibilitavam o envolvimento de setores populares (Molyneux, 2003: 269).

Em 1975, como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas foram realizadas várias atividades públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, reunindo mulheres interessadas em discutir a condição feminina em nossa sociedade, a luz das propostas do "novo" movimento feminista que neste momento se desenvolvia na Europa e Estados Unidos. O patrocínio da ONU e um clima de relativa distensão política do regime permitiam as mulheres organizarem-se publicamente por primeira vez desde as mobilizações dos anos 1967-68 ([1] Costa e Sardenberg, 1994a: 103.).

A partir daí surgem novos grupos de mulheres em todo o país, nos quais o princípio da autonomia foi um dos pontos de controvérsias no enfrentamento, inevitável, com os grupos políticos e, em particular, com as organizações de esquerda. Ainda em 1975 é criado o jornal Brasil Mulher em Londrina, no Estado do Paraná, ligado ao Movimento Feminino pela Anistia[2]. Já no começo de 1976, surge o Nós Mulheres que desde seu primeiro número é auto-identificado como feminista[3].

Nos anos seguintes o movimento social de resistência ao regime militar seguiu ampliando-se, novos movimentos de liberação se uniram as feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, a exemplo dos negros, os homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas às associações de moradores, clubes de mães, começaram a enfocar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches, trabalho doméstico. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, a sexualidade.

A questão da autonomia foi um eixo conflitante e definidor do feminismo nos anos 70. Uma autonomia em termos organizativos e ideológicos frente aos partidos políticos e outras organizações. A defesa da autonomia como um princípio organizativo do feminismo não implicava em uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades, apenas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias.

Os anos oitenta trouxeram novos dilemas ao movimento feminista. O avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo do interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias. Até o principal partido da direita, o PDS, criou seu Comitê Feminino.

Até então a perspectiva de relação com o Estado no projeto de transformação feminista não se havia colocado. A eleição de partidos políticos de oposição para alguns governos estaduais e municipais forçou as feministas a repensarem sua posição frente ao Estado na medida em que a possibilidade de avançar em termos de política feminista era uma realidade. Nos dois primeiros anos (1980-82) as velhas divisões políticas e partidárias voltaram a cena. A vitória do PMDB para o governo de São Paulo garantiu a criação do primeiro mecanismo de estado no Brasil voltado para a implementação de políticas para mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983.

A atuação do feminismo a nível institucional, isto é, na relação com o estado, nesse e em outros momentos, não foi um processo fácil de ser assimilado no interior de movimento. A participação nos conselhos e, em especial, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), foi uma questão polêmica que incitou os ânimos no VII Encontro Nacional Feminista, realizado em 1985, em Belo Horizonte. A perspectiva de atuar no âmbito do estado representava para muitas mulheres, uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista.

Porém, as feministas não podiam deixar de reconhecer a capacidade do estado moderno para influenciar a sociedade como um todo, não só de forma coercitiva com medidas punitivas, mas através das leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas, portanto um aliado fundamental na transformação da condição feminina (Molyneux. 2003:68)

Também não poderiam deixar de reconhecer os limites da política feminista no sentido da mudança de mentalidades sem acesso a mecanismos mais amplos de comunicação e tendo que enfrentar a resistência constante de um aparelho patriarcal como o Estado. Caberia, ao feminismo, enquanto um movimento social organizado, articulado com outros setores da sociedade brasileira, pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho, através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero.

E é exatamente essa perspectiva que norteará a atuação do movimento em relação ao CNDM, criado a partir de uma articulação entre as feministas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o presidente Tancredo Neves no processo de transição. Graças a atuação direta de algumas feministas nas esferas de decisão e planejamento, logo o CNDM de fato se transformou em um organismo

estatal responsável de elaborar e propor políticas especiais para as mulheres, e, contrariando o temor de muitas feministas, se destacou na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres, o que lhe garantiu o reconhecimento de toda a sociedade.

No período da Assembléia Nacional Constituinte, conjuntamente com o movimento feminista autônomo e outras organizações do movimento de mulheres de todo o país, o CNDM conduziu a campanha nacional “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” com o objetivo de articular as demandas das mulheres. Foram realizados eventos em todo o país e posteriormente as propostas regionais foram sistematizadas em um encontro nacional com a participação de duas mil mulheres. Estas demandas foram apresentadas a sociedade civil e aos constituintes através da “Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte”.

Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificado na imprensa como o “lobby do batom”, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram em bloco, a maioria das propostas de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento.

Essa articulação do CNDM, movimento feminista e bancada feminina, através do “lobby do batom” representou uma quebra nos tradicionais modelos de representação vigentes até então no país, na medida em que o próprio movimento defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo sem a intermediação dos partidos políticos. Celi Pinto explicita muito bem esse quadro ao afirmar:

“A presença constante das feministas no cenário da Constituinte e a conseqüente ‘conversão’ da bancada feminina apontam para formas de participação distintas da exercida pelo voto, formas estas que não podem ser ignoradas e que talvez constituam a forma mais acessível de participação política das feministas. Este tipo de ação política, própria dos movimentos sociais, não passa pela representação. Constitui-se em pressão organizada, tem tido retornos significativos em momentos de mobilização e pode ser entendida como uma resposta à falência do sistema partidário como espaço de participação” (Pinto. 1994:265) [4].

A década de noventa se inicia em uma situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no estado e o descrédito no movimento autônomo. Os conselhos existentes trabalhavam em condições precárias, isolados do movimento e desprestigiados no âmbito governamental. Algumas feministas, muitas delas funcionárias desses organismos nos anos 80, criam organizações não governamentais, as chamadas “ONGs feministas”, que passam a assumir de forma especializada e profissionalizada a pressão junto ao Estado, buscando influenciar nas políticas públicas. Multiplicaram-se as várias modalidades de organizações e identidades feministas.

As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto-identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As

organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista. Esse crescimento do feminismo popular trás como consequência fundamental, a diluição das barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo. Essa diversidade que assumiu o feminismo brasileiro esteve muito presente nos preparativos da Quarta Conferencia Mundial sobre a Mulher realizada em setembro de 1995 em Beijing/China, ao incorporar amplos setores do movimento de mulheres.

O processo preparatório para Beijing trouxe novas energias ao movimento feminista brasileiro, estimulou o surgimento de novas articulações locais, novos grupos ou setores/departamentos em entidades de classe etc. Foram realizados eventos em 25 dos 26 estados brasileiros, envolvendo mais de 800 organizações de mulheres e cerca de 4000 representantes estaduais.

No campo estatal essa articulação conseguiu avanços importantíssimos. A revelia do CNDM, nesse momento em mãos de setores conservadores, as feministas conseguiram, através de importante atuação junto ao Ministério de Relações Exteriores, órgão responsável pela elaboração do informe do governo brasileiro, estabelecer por primeira vez na historia do país uma dinâmica de participação e consulta ampla na elaboração do documento oficial. Para tanto, o MRE criou um grupo de trabalho com destacadas feministas acadêmicas responsáveis pela elaboração do informe e integrou dezenas de militantes através dos seminários temáticos de discussão, onde muitas das recomendações apresentadas pelo movimento foram incorporadas ao documento oficial. Essa articulação não só garantiu a apresentação por parte do governo brasileiro de um documento representativo, mas também a aprovação da Plataforma de Beijing pelo governo brasileiro, sem ressalvas e em especial, a partir daí, uma melhor assimilação das demandas das mulheres por parte dos organismos do governo federal.

A herança do processo de Beijing foi fundamental nos anos seguintes para a manutenção e ampliação do movimento, no Brasil e nos outros países latino-americanos, onde todas as atividades políticas e organizativas estiveram voltadas para a conquista de políticas publicas, a ampliação das ações afirmativas, o aprimoramento da legislação de proteção a mulher e a avaliação e monitoramento da implantação dessas políticas e dos acordos firmados no campo internacional pelos governos locais, portanto com constante interlocução e articulação com o Estado.

Alem desse avanço em termos de mobilização e organização, o processo de Beijing representou para o movimento feminista brasileiro um aprofundamento maior da articulação com o feminismo latino-americano em termos de atuação conjunta. Apesar de ser a primeira vez que as mulheres latino-americanas participaram em uma reunião cumbre mundial com uma rede regional organizada e integrada, a experiência do feminismo latino-americano, desde seu inicio, é de vivencia de uma dinâmica transnacional, através de redes formais e informais, e em especial através dos Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe realizados desde 1981, inicialmente a cada dois anos e posteriormente a cada três anos. Nestes encontros se expressam os avanços feministas, os conflitos, novos dilemas, novas perspectivas, as trocas de experiência.

Em 2000 na perspectiva da proximidade das eleições presidenciais, alguns setores do feminismo brasileiro começam a tomar consciência da necessidade de uma atuação conjunta e articulada no sentido de garantir um compromisso por parte dos candidatos com as demandas das mulheres. Essa proposta toma corpo por ocasião do

II fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em fins de janeiro de 2002 com a adesão de varias organizações e redes feministas. Entre março e maio daquele ano foram realizadas 26 Conferencias Estaduais. Mais de 5.000 ativistas dos movimentos de mulheres de todo o país participaram dos debates com o objetivo de construir uma Plataforma Política Feminista. Em junho foi realizada em Brasília a Conferencia Nacional de Mulheres Brasileiras com a participação de 2000 mulheres delegadas das conferencias estaduais e representantes das redes nacionais.

Paralelamente (e articulado) a esse processo de construção da Plataforma Política Feminista algumas ONGs feministas, coordenadas pela AGENDE e CLADEM/Brasil desenvolviam um processo de monitoramento da ratificação do Protocolo Facultativo[5] da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a CEDAW, pelo governo brasileiro, como parte da Campanha Mundial.

Atendendo a uma prática do Comitê CEDAW, o movimento, através de uma ação coordenada pelas duas ONGs, pontos focais da Campanha no Brasil, envolvendo 13 redes nacionais que englobam e mais de 400 entidades, elaboram o Relatório Alternativo com o objetivo de subsidiar o novo governo. Graças à contribuição do relatório alternativo e da atuação direta de representantes das redes participantes durante a 29a. SESSÃO DO COMITÊ CEDAW, realizado em julho de 2003, o referido Comitê apresentou uma serie de recomendações ao governo brasileiro no cumprimento da convenção.

Foi esse entendimento que levou recentemente o movimento de mulheres brasileiro, e como parte dele o movimento feminista, a responder positivamente a convocatória governamental, através da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, para a realização da I Conferência Nacional de Políticas Publicas para Mulheres, em julho de 2004, com o objetivo de definir diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Calcula-se que aproximadamente 500 mil mulheres participaram em todo o processo nos âmbitos municipais, estaduais e federal. 14.050 mulheres participaram na qualidade de delegadas nas 27 Conferencias estaduais realizadas no país durante os meses de maio e junho, das quais 2000 foram indicadas como delegadas a I Conferência Nacional de Políticas Publicas para Mulheres, realizada em 14 e 15 de julho.

A título de conclusão

O movimento feminista brasileiro, enquanto um “novo” movimento social, extrapolou os limites do seu status e do próprio conceito. Foi mais além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos. Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios, etc) elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas.

O resultado da I Conferencia Nacional de Políticas para Mulheres é a demonstração da força, da capacidade de mobilização e articulação de novas alianças em torno de propostas transformadoras, não só da condição feminina, mas de toda a sociedade brasileira.

Até chegar aí foi um longo e muitas vezes tortuoso caminho de mudanças, dilemas, enfrentamentos, ajustes, derrotas e também vitórias. O feminismo enfrentou o autoritarismo da ditadura militar construindo novos espaços públicos democráticos ao mesmo tempo em que se rebelava contra o autoritarismo patriarcal presente na família, na escola, nos espaços de trabalho, também no Estado; descobriu que não era impossível manter a autonomia ideológica e organizativa e interagir com os partidos políticos, com os sindicatos, com outros movimentos sociais, com o Estado e até mesmo com organismos supranacionais, rompeu fronteiras, criando novos espaços de interlocução e atuação em especial, possibilitando o florescer de novas práticas, novas iniciativas e identidades feministas.

Mas esse não é o ponto final do movimento, a cada vitória surgem novas demandas e novos enfrentamentos. O feminismo está longe de ser um consenso na sociedade brasileira, a implantação de políticas especiais para mulheres enfrentam ainda hoje resistências culturais e políticas.

Analisar, entender e em especial dar respostas a estas resistências é um desafio que o movimento feminista brasileiro continuará ainda enfrentando.”

Bibliografia

- AGENDE. Boletim Eletrônico Nº 01/2003 (Os direitos das mulheres não são facultativos). Brasília: 28 de Março de 2003a
- ÁLVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton: Princeton University Press. 1990;
- ÁLVAREZ, Sonia. La (trans)formación del (los) feminismo(s) y la política de género en la democratización del Brasil. In. LEON, Magdalena (org). *Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo. 1994;
- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1980.
- CONFERENCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. Plataforma Política Feminista. Brasília: junho de 2002b
- COSTA PINHEIRO, Ana Alice. *Avances y definiciones del movimiento feminista en Brasil. (Tese de mestrado em Sociologia)*. México: FCPyS/UNAM. 1981
- COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecilia Maria. *Feminismos, feministas e movimentos sociais*. In. BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994 a.
- COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia M B. A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades. Teoria e práxis feminista na Acadêmica: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. especial, p. 387-400, 1994 b.
- FIGUEIREDO, Mariza. *A evolução do feminismo no Brasil*. Seminário: O Feminismo no Brasil: Reflexões teóricas y perspectivas. Salvador: NEIM/UFBa, 1988.
- MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina. Un estudio teórico comparado*. Madrid: Catedra/Universidad de Valencia. 2003;
- PINTO, Celi Jardim. *Participação (representação?)*. Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In. SAFFIOTI, Heleieth e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org) *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS e Brasília: UNICEF, 1994.
- SOARES, Vera; COSTA, Ana Alice Alcantara; BUARQUE, Cristina; SANTANA, Wania; DORA, Denise Dourado. *Brazilian feminism and women's movement*. Two-

way street. In: BASU, Amrita. (Org.). Fite challenge of local feminisms. Women's movements in global perspective. Boulder, Colorado, 1995, v. 1, p. 302-323.

SOARES. Vera. Movimento feminista. Paradigmas e desafios. Estudos Feministas. Ano 2, 2o Semestre. Rio de Janeiro. 1994

STERNBACH, Nancy Saporta, ARANGUREN, Marysa Navarro, CHUCHRYK, Patricia e Álvarez, Sonia E. Feminismo en América Latina: de Bogotá a San Bernardo. In. LEON, Magdalena (org. Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo. 1994

Notas

[1] Este texto foi escrito durante meu estágio pós-doutoral no Instituto Universitario de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma de Madrid, com bolsa de estudos proporcionada pela CAPES, em 2004.

[2] O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em 1975 sob a liderança de Terezinha Zerbini, com o objetivo de articular as lutas e mobilizações em defesa dos presos políticos, pelo retorno dos banidos, por uma anistia ampla geral e irrestrita. O MFA foi a primeira estruturação publica e oficial de questionamento da ditadura militar.

[3] Sobre o movimento feminista e suas formas de articulação ver: COSTA (1981), FIGUEIREDO(1988), ALVES (1980), ALVAREZ (1994), SOARES (1994): SOARES et al (1995). Para uma visão do feminismo no campo acadêmico ver COSTA e SARDENBERG (1994b).

[4] Essa se tornou uma prática corrente no movimento feminista na sua relação com o Congresso Nacional. Todas as ações aí conduzidas em termos de aprimoramento legislativo, são apresentadas de forma suprapartidária. A ação do CFEMEA, uma ONG criada em inícios dos anos 90, com o fim específico de encaminhar as demandas do movimento no âmbito do Congresso, tem se pautado por essa pratica, todas as propostas encaminhadas pelo movimento são apresentadas geralmente pela bancada feminina ou eventualmente por mais de uma deputada ou deputado de partidos distintos.

[5] O Protocolo Facultativo adotado pela organização das nações Unidas em 1999, e aberto à adoção para todos os países que já fossem parte da Convenção, entrou em vigor internacionalmente em dezembro de 2000. O Brasil é parte da Convenção desde 1984. Assinou o Protocolo em 13 de março de 2001 e o ratificou em 28 de junho de 2002. (Agende. 2003).

Nota biográfica:

Ana Alice Alcantara Costa

Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/UFBA, coordenadora executiva da Rede Regional Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e relações de Gênero -REDOR, militante feminista desde os anos 70. Doutora em Sociologia Política pela Universidade Nacional Autónoma do México, autora de diversos artigos sobre feminismo, mulheres no poder, políticas publicas e desenvolvimento.

labrys, estudos feministas / études féministes

janeiro / julho 2005 - janvier / juillet 2005

(Fonte: <http://e-groups.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>, acesso em 12/03/10)